

*Pela palavra e pela imprensa:*

André Rebouças e propostas sociais para o Brasil do final do XIX

ANDRÉA SANTOS DA SILVA PESSANHA\*

“Não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa”, assim argumentava André Rebouças sobre as estratégias para o alcance das mudanças que projetava para o Brasil do final dos oitocentos (1988:176). A palavra, principalmente a divulgada através da imprensa, deveria ser o caminho para as transformações desejadas por ele.

O discurso de André Rebouças corroborava a imagem que os jornais e os jornalistas pretendiam construir de si como motores da civilização e do progresso: “A imprensa não pode faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da sua instrução, de seu engrandecimento e de sua prosperidade” (1988: 359).

André Pinto Rebouças foi um renomado engenheiro, professor e abolicionista do final do século XIX (CARVALHO, 1998; PESSANHA, 2005; TRINDADE, 2011). Neto por parte de pai do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças e da liberta Rita dos Santos (GRINBERG, 2002:25), sua trajetória foi marcada por passagens de aceitação e de rejeição entre as elites de então (PESSANHA, 2005:42-48). Nas décadas de 50 e 60, preparou-se ao lado do irmão Antônio Pereira Rebouças Filho, dupla que ficou conhecida como “os irmãos Rebouças.

Envolveu-se em vários projetos de engenharia, destacando-se obras na fortaleza de Santa Cruz em Santa Catarina, orçamento das obras do Porto de São Luís do Maranhão, tentativa de criação das companhias de estrada de ferro, melhoria no abastecimento de água e nos serviços de esgoto do Rio de Janeiro. Participou da Guerra do Paraguai, fazendo parte da Comissão de Engenheiros do Exército.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professora de História do Brasil Império da UNIABEU - onde desenvolve projeto financiado pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PROAPE) - e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq *Poéticas do Contemporâneo: Estudos de Sociedade, História e Literatura*, atuando na linha de pesquisa Memória, Espaço e Mídia.

Ingressou em 1867 como professor da Escola Central, que posteriormente passou a ser denominada Escola Politécnica. Lecionou diversas cadeiras: Cálculo, Botânica, Zoologia, Estática, Arquitetura, Construção e Resistência dos Materiais. A atividade como engenheiro também ligou-se ao Clube de Engenharia. Em 1880, foi seu sócio-fundador e teve diversos artigos publicados na revista deste Instituto.

A atuação de Rebouças como engenheiro no Rio de Janeiro foi intensa. Hoje, sua imagem é mais facilmente associada à engenharia do que ao abolicionismo, tendo muito contribuído para isso o fato de seu nome ter batizado um importante túnel para o trânsito da cidade. Aliás, a homenagem refere-se tanto a André quanto a Antônio.

Na década de 80, Rebouças voltou-se para a questão de eliminação do cativo, que em muito articulava-se à preocupação modernizadora da sociedade do engenheiro. Seu ativo envolvimento com a campanha antiescravista da cidade do Rio de Janeiro pode ser comprovado pelo número de artigos publicados na imprensa, pela atuação na Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, na Confederação Abolicionista, na Sociedade Central de Imigração e nos *meetings* abolicionistas.

A estratégia de Rebouças para alcançar o fim do cativo era o convencimento através das palavras aos segmentos proprietários das vantagens do trabalho livre para toda a sociedade. Por esta lógica, entendemos porque a imprensa foi por excelência seu espaço de luta (PESSANHA, 2004). Ele procurava distanciar-se dos grupos abolicionistas que apoiavam a ação mais direta dos escravos: “Na grande obra da abolição, nós jamais nos envolvemos com os escravizados” (NABUCO, 1928:155).

A divulgação das propostas dos abolicionistas nos jornais alargou o número de pessoas que tinham contato com tais ideias. A utilização da imprensa foi fundamental para a operacionalização das práticas paternalista do movimento (MACHADO, 1991). A procura de uma ação dentro da ordem encontrou nos periódicos agentes viabilizadores. Se o objetivo era a adoção de medidas não violentas, pacíficas, as palavras eram as armas.

Na análise sobre a capacidade dos jornais em contribuir na campanha abolicionista, deparamo-nos com a questão do reduzido número de leitores. De qualquer forma, o processo de urbanização propiciou o aumento deste grupo e não devemos menosprezar a circulação oral, facilitada pela leitura pública.

Mesmo os iletrados tinham contato com o teor das manchetes ao serem anunciadas pelos vendedores. Os textos publicados, seguramente, chegavam, por exemplo, aos segmentos populares, incluindo os escravos, através de comentários feitos por proprietários ao estabelecerem calorosas discussões em suas residências ou nos bondes (MOREL; BARROS, 2003: 96). A importância da circulação oral das ideias dos jornais através dos vendedores também era notada pelos contemporâneos: “*O público hoje lê os jornais, o que é diferente, quer dizer, ouve essa multidão anônima de gritadores, que lhes dão sobre o mesmo assunto dez opiniões diametralmente opostas, que lhes contam os fatos de mil modos diversos*”, conforme publicado no jornal *O Paiz* em 03 de outubro de 1884.

A circulação oral das ideias propiciava releituras dos textos jornalísticos ao serem transmitidas a partir do entendimento de outros agentes. No período, os jornais tinham mais ouvintes que leitores, eram mais vistos que lidos (BARBOSA, 2010: 201-207). A rigor, predominava uma leitura de ouvido, favorecendo apropriações de segunda, terceira ordem.

Paralelo a esse quadro de difusão oral dos textos dos periódicos, as manifestações públicas com participação de jornalistas ou em redações de órgãos da imprensa fizeram com que os jornais, no início da década de oitenta, “ganhassem as ruas”. Desta forma, apesar da população ser predominantemente iletrada, os discursos jornalísticos circulavam na cidade do Rio de Janeiro (MACHADO, 1991: 17).

A oratória e os discursos inflamados foram características da campanha adotada pelos abolicionistas com os quais Rebouças tinha afinidade - quer fosse no parlamento, na imprensa ou nos *meetings* abolicionistas. Pierre Bourdieu ressaltou a importância do poder exercido pelas palavras e pelos oradores na organização da sociedade, fazendo desnecessário o uso da força. A capacidade dos homens eloquentes de envolver a plateia e de atrair adeptos para as suas fileiras reside no simbólico, no invisível, que apontam uma cumplicidade entre oradores e ouvintes (1989:7-16).

A abolição da escravatura não foi seguida de medidas políticas que melhorassem a sorte do liberto. No decorrer da campanha, existiram conflitos entre abolicionistas e escravistas. Porém extinto o cativo, os ânimos acalmaram-se e as propostas que beneficiariam a vida do ex-escravo foram “esquecidas” ao longo da história. Construiu-se, assim, uma imagem de que o fim da escravidão era o objetivo último dos abolicionistas e, após a Lei Áurea, todas as

reformas sociais foram preteridas em nome da continuidade da ordem monocultora e latifundiária.

Os escritos de André Rebouças, depois do 13 de Maio, demonstravam que, para algumas das lideranças do movimento antiescravistas, o abolicionismo não teve fim com a Lei Áurea. Uma obra divulgada em 1889 tinha um subtítulo bastante sugestivo: *Lemmas e contribuições para a abolição da miséria* e incita-nos a pensar - o que outros artigos de sua autoria confirmam - que dada a emancipação, uma outra questão levantou-se para Rebouças: retirar parcela significativa da população das condições de miséria em que se encontrava. O próprio engenheiro apresentou a erradicação da miséria como continuidade do abolicionismo: “hoje só nos é possível abolir os grandes produtores da Miséria (...) exatamente como abolimos a escravidão” (1889:18).

Os discursos de Rebouças favoráveis à abolição da escravatura abarcava um projeto de transformações agrárias, o qual estaria atento, a seu ver, as condições essenciais para o advento da civilização e às exigências feitas pela modernidade do século XIX. Ao abordar a organização econômica da sociedade brasileira e sugerir reformas na agricultura, o abolicionista foi revelando sua concepção a respeito do trabalho, da estrutura fundiária, dos escravos, dos libertos e dos imigrantes.

A proposta que formulou para o Brasil tinha dois pontos fundamentais e intrinsecamente articulados: abolição da escravatura e fragmentação da grande propriedade. Estas duas medidas representavam uma atitude, segundo ele, verdadeiramente capazes de colocar o Brasil na rota das nações mais adiantadas. A adoção isolada de uma delas não traria o aperfeiçoamento desejado. A existência da escravidão posicionava o Brasil num estágio inferior ao das nações em que a mão-de-obra livre constituía o regime de trabalho predominante. Por seu turno, a fragmentação dos latifúndios, com conseqüente constituição de pequenas propriedades, estimularia o crescimento econômico através da valorização do trabalho. As terras ociosas deveriam ser taxadas de forma a desestimular sua conservação. O trabalhador seria dono da terra que cultivava, atuando, assim, com mais “dedicação” e “amor”.

Rebouças escreveu em junho e julho de 1888, para o jornal *Cidade do Rio*<sup>1</sup>, uma coletânea de artigos com o título *Pequena Propriedade*, tendo por objetivo ratificar que a fragmentação do latifúndio era mais uma etapa a ser atingida - já dada a abolição - para o desenvolvimento econômico-social brasileiro. Para o autor, de forma semelhante à campanha abolicionista, o movimento contra o monopólio territorial deveria comover o país. A imigração europeia também continuou a ser incentivada, pois representava a entrada das tão desejadas raças mais “ativas” e “inteligentes”:

*Foi a Abolição a primeira emoção que o Brasil deu ao mundo.*

*(...).*

*Agora nós vamos fazer despontar na Nacionalidade Brasileira um outro remorso. O remorso do latifúndio; - o remorso do monopólio territorial - o remorso de deixar milhões e milhões de Brasileiros sem uma nesga de terra para nele fincar os postes de uma choupana, - o remorso de trancar o mais belo continente, que Deus há criado, ás mais nobres e ativas raças do Velho Mundo. (28/06/1888)*

Com o fim do cativo, segundo Rebouças, os libertos não abandonaram a produção. Ao contrário, o movimento comercial pela estrada de ferro D. Pedro II, principal via de escoamento da produção cafeeira, foi maior do que nos anos em que a escravidão vigorava. Assim publicava no *Cidade do Rio* em 07 de julho de 1888:

*Os algarismos do comércio de café já excedem por milhões os de 1887. A estrada de ferro D. Pedro II, a via de exportação dos produtos da zona mais escravocrata do Império, já não tem vagões nem armazéns que cheguem para dar saída a extraordinária colheita de café.*

No mesmo jornal, em 19 de junho de 1888, Rebouças ratificou que os ex-escravos permaneciam executando normalmente as atividades produtivas:

*Chegamos da zona negra do Paraíba do Sul, e colhemos cuidadosamente minuciosos esclarecimentos...*

*Os negros estão trabalhando mais e melhor do que nós mesmos ousávamos esperar... Vimos em estação de estrada de ferro, em domingo, libertos conduzindo tropas de cargueiros....*

---

<sup>1</sup> O *Cidade do Rio* foi fundado em 1887 por José do Patrocínio e ficou sob sua direção até 1903, ocasião em que o jornal foi a falência. Foi um dos principais órgãos da imprensa abolicionista na Corte (FERACIN, 2006:151) e “servia de espaço para respostas” de grupos contrários aos republicanos do Rio de Janeiro no que tange à abolição e ao papel desempenhado pela princesa Isabel (MACHADO, 2010:314).

Segundo Rebouças, em condição de liberdade, o negro procurou, inclusive, “aristocratizar-se”. O abolicionista tinha uma visão, evidentemente, marcada pela cultura europeia e, em sua compreensão, a liberdade implicaria em aperfeiçoamento moral do ex-escravo. Assim, ao ter seu *status* modificado de trabalhador cativo para trabalhador livre, o negro assimilaria, de maneira natural, os hábitos e costumes “civilizados”, conforme publicou no *Cidade do Rio* em 07 de julho de 1888:

- *E a vida íntima do escravo?!*
  - *E os casamentos inumeráveis?*
  - *E a construção de choupanas para abrigo das novas famílias?*
  - *E a sede de bem-estar que atormenta os libertos?*
  - *Com que afã estão procurando aristocratizar-se, abandonando todos os hábitos da escravidão, até nos últimos detalhes da alimentação?*
- Estamos verificando o dogma científico:*
- *A liberdade é um grande agente de aperfeiçoamento da espécie humana.*

Para Rebouças, a posse da terra continuava sendo indispensável para a consolidação da liberdade dos negros, garantindo que não se submetessem a níveis de exploração semelhantes ao período da existência do cativo. Ao mesmo tempo, a pequena propriedade auxiliaria o seu processo de evolução: “Dai uma nesga de terra a esses Libertos, e o benefício ficará completo. A propriedade da terra, a choupana, a família, eis aí tudo” (*Cidade do Rio*, 07/07/1888).

Em *Orphelinato Gonçalves d’Araujo. Lemmas e contribuições para a abolição da miséria*, o cerne das preocupações de Rebouças, que o próprio título já sugere, refere-se à resolução dos problemas sociais relativos à miséria. Nesta obra, não constatei passagens que qualificassem a origem social e étnica da “população desamparada”. Entretanto, como somente a liberdade foi reconhecida como direito do cativo - e pela própria trajetória da sociedade brasileira - entendo que a população vivente nas ruas era composta majoritariamente por negros. Dito isto, a proposta de integração de tal segmento marginalizado acabou por se traduzir num projeto de incorporação do ex-escravo à sociedade.

É sintomático que Rebouças só tenha dado este título a uma obra depois do término do cativo. A data da publicação incita a pensar em duas possibilidades: no período o quantitativo de pessoas vivendo em situação de miséria era de proporção suficiente para

chamar a atenção de um contemporâneo e, de fato, acontecido o fim do cativo, a melhoria do padrão de vida da população pobre - a qual estava intimamente associada ao desenvolvimento econômico do Brasil - foi a questão que se levantou para o abolicionista.

Em *Orphelinato*, de início, Rebouças estabeleceu um paralelo entre as doenças biológicas e as doenças sociais, afirmando que o método para a cura de ambas deveria ser semelhante. Segundo o autor, a medicina não esperava que o paciente entrasse em fase terminal para curá-lo; ao contrário, desenvolvia métodos preventivos para o tratamento das enfermidades. Assim, as doenças sociais, no caso a mendicância, não deviam se tornar epidêmicas e crônicas para serem tratadas; fazia-se mister criar mecanismos que cortassem suas causas pela raiz. O excesso de hospitais e instituições de caridade eram indícios, respectivamente, da doença biológica e social da população<sup>2</sup>.

Em seguida apontou o monopólio territorial como o produtor, por excelência, dos miseráveis. Por conseguinte, caso não se estimulasse a fragmentação dos latifúndios, todas as medidas adotadas para combater a mendicância teriam um simples efeito paliativo, pois o centro gerador permaneceria existindo:

*Foi pela terra que começou a Miséria; é pela terra que ela há de acabar. Foi o monopólio territorial o produtor miseráveis neste planeta.*

(...).

*Por causa da terra; por causa do monopólio territorial... É, então, evidente que se deve começar a reconstituição social pela terra.(1889:30-31).*

Rebouças buscava a viabilização dos seus projetos através dos ministros do Império: “na câmara dos deputados discutindo com os ministros João Alfredo e Ferreira Vianna a organização da Democracia Rural a começar pelo imposto territorial”, conforme registrou em 18 de julho de 1888 em seu diário manuscrito. A julgar pelas discussões com os políticos, as propostas do abolicionista tinha certa ressonância. Entretanto, Rebouças reclamava da política “plutocrática” do ministro João Alfredo.

A pequena propriedade configurou-se o ponto nevrálgico para a erradicação da miséria, já que o latifúndio atravancava o progresso econômico do país, por oferecer condições para que a “aristocracia territorial” vivesse no parasitismo. Para Rebouças, a vida contemplativa

<sup>2</sup> Tal perspectiva reflete a influência do evolucionismo social no pensamento de André Rebouças. Neste sentido, verificar PESSANHA, 2005.

dos grupos proprietários contribuía para que os pobres concebessem o trabalho negativamente, pois a riqueza não estava associada ao trabalho. A ociosidade dos miseráveis constituía-se num reflexo da ociosidade dos ricos: “O parasitismo dos miseráveis é filho bastardo do parasitismo dos teocratas; dos oligarcas, dos aristocratas e dos plutocratas. O parasitismo superior cria o parasitismo inferior” (1889:28).

De fato, após a abolição da escravatura, o parasitismo dos latifundiários, que Rebouças considerava grave problema social, já tendo se transformado em doença, passou a ser objeto constante das suas críticas. Este agora estava intensamente preocupado com a valorização do trabalho por todos os segmentos da sociedade. Assim, expressou-se no *Cidade do Rio* em 09 de julho de 1888, portanto, quase dois meses depois do 13 de Maio, no tocante a tal questão:

*Parasitismo, em Socionomia, significa viver à custa do trabalho alheio.(...)  
O parasita-aristocrata quer não só usufruir o trabalho alheio; mas fazê-lo cercado de honras e de prestígio.(...)  
Trabalhar na terra é triste, é duro, é penoso; gozar dos frutos da terra é doce e suave, é agradável.  
Então, o parasitismo consiste em que um trabalhe na terra e outro goze dos seus frutos.*

A evolução da espécie humana só seria possível com a valorização do trabalho. O parasitismo deveria ser erradicado do Brasil e em seu lugar a labuta precisava ser exaltada. O esforço individual era o único capaz de justificar todo tipo de ascensão social e somente com empenho de todos, o país poderia aprimorar-se econômica e socialmente .

Para o propagandista, portanto, as instituições de caridade (que abrigavam os miseráveis produzidos pelo monopólio territorial) não contribuía para o crescimento individual. Na verdade, nada mais faziam do que incentivar uma vida contemplativa: os mendigos já preferiam a casa de correção à oficina de trabalho.

Por outro lado, tais instituições não atacavam a origem do problema. O objetivo de Rebouças era impedir que a mendicância tocasse as “almas”, pois quando os homens já estivessem sujeitos às condições subumanas, retirá-los do quadro seria tarefa quase impossível:

*A Miséria é como a varíola; marca indelevelmente o corpo do desgraçado.  
Regenerar um infeliz, que desceu até aos abismos da mendicidade, da embriaguez e*

*da prostituição; que foi levado à vagabundagem, ao furto e ao crime para não morrer de fome, é problema difícilimo, quase insolúvel...* (1889:24)

De acordo com Rebouças, através das instituições de caridade “só se consegue excitar e alimentar o parasitismo-mendicante; reduzir as cidades e o país inteiro a grandes depósitos de ociosos, de mendigos e de parasitas; e também, de moedeiros falsos; de gatunos, de larápios, de ladrões e salteadores...” (1889:14)

Na segunda metade do oitocentos, o discurso filantrópico moderno - que questionava as práticas de caridade, pois não favoreciam a mudança de hábitos dos pedintes em relação à labuta - recebeu adesão entre os profissionais de engenharia e medicina da Corte (OLIVEIRA, 1995:243-245). De acordo com tal abordagem, aqueles que viviam em mendicância eram portadores de vícios e deterioravam a sociedade. A pobreza era nociva. A solução para a miséria não era a caridade, e sim medidas disciplinadoras, que mudassem o comportamento dos assistidos. Assim, foi justamente num contexto de desmantelamento da mão-de-obra escrava que houve a procura de métodos caritativos que almejavam disciplinar o trabalhador.

A presença de Rebouças nos jornais, após a abolição da escravatura, defendendo a continuidade de seu projeto para o Brasil, indicou que as reformas sociais, para parte dos envolvidos com a campanha abolicionista, não deveriam parar com o 13 de Maio. Afinal, caso fosse uma luta isolada não teria o apoio e a divulgação na imprensa da Corte, e não marcaria audiências com ministros do Império.

Monarquista convicto, embarcou com a família de Bragança após o 15 de Novembro. No exterior, ainda publicou artigos na imprensa do Rio de Janeiro. Passou um tempo em Portugal e seguiu para África, onde faleceu em 1898. Transformações sociais, que possibilitassem o desenvolvimento do continente africano, tornaram-se as novas preocupações de Rebouças, conforme cartas que escreveu neste período.

#### FONTES

*Cidade do Rio*: 19/06/1888; 28/06/1888; 07/07/1888; 09/07/1888.

*O Paiz*: 03/10/1888.

REBOUÇAS, André. **Diário manuscrito, ano de 1888** (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

- . **Orphanato Gonçalves d'Araujo. Lemmas e contribuições para a abolição da miséria.** Petrópolis, Typ. Luizinger e Filhos, 1889.
- . **Diário e notas autobiográficas.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- . **Agricultura nacional: estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa.** Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Renavan/IUPERJ, 1998.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil - século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERACIN DA SILVA, Ana Carolina. **De “papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX.** Tese de Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2006.
- GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888.** Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1991.
- . Encontro e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio” In: RIBEIRO, Gladys; FERREIRA, Tânia (orgs.) **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX.** São Paulo: Alameda, 2010.
- MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado. **Devoção e caridade. Irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial. (1840-1889).** Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 1995.
- PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria.** A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- TRINDADE, Alexandre Dantas. **André Rebouças.** Um engenheiro do Império. São Paulo: Hucite/FAPESP, 2011.